

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 22 de março de 2001

Ano 3 Nº 50

Fiscal da Fazenda é acusado de corrupção

CPI da Sonegação

Ministério Público vai processar vereador de Blumenau por prevaricação e corrupção passiva por omissão

Em depoimento que durou cinco horas nesta terça-feira (20), o ex-gerente regional da Fazenda Estadual e hoje vereador de Blumenau, Luiz Ayr Ferreira da Silva (PPB), prestou depoimentos à CPI da Sonegação - presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT) e relatada pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB).

Luiz Ayr foi convocado pela CPI para prestar informações sobre possíveis benefícios de isenção fiscal a empresas do Vale do Itajaí, as quais teriam sonegado ICMS mas sem a notificação da Fazenda no período em que ele foi gerente regional.

O depoente sofreu investigação do Ministério Público por ter apreendido os livros de caixa da empresa de confecções Nilcatex, cuja fiscalização foi coordenada por outro fiscal. "Essa pessoa não era de minha confiança e por esse motivo retirei os livros", declarou, mas sem justificar aos deputados e aos representantes do Ministério Público o motivo da retirada do material.

Quando indagado pela presidente da CPI sobre o porquê da baixa produtividade na fiscalização de empresas da região, o depoente disse "ter uma forma diferente de trabalhar". Em 96 ele notificou apenas uma empresa, em 97 nenhuma foi notificada e em 98 apenas duas receberam

notificação por sonegação de imposto. Ao ser questionado sobre determinadas empresas que teriam sido fiscalizadas pela Fazenda regional, o fiscal disse não lembrar nomes de imediato.

A presidente da CPI disse que as investigações serão aprofundadas por conta das declarações apresentadas pelo



Presidente e relator da CPI



Luiz Ayr Ferreira da Silva

depoente, principalmente sobre os livros fiscais que apresentavam o movimento de caixa da empresa Nilcatex, nos quais constam diversos nomes.

O Ministério Público, através da promotora Márcia Aguiar Arend, requisitou à CPI as notas taquigráficas do depoimento. "As declarações abrem a possibilidade de processo por prevaricação e corrupção passiva por omissão. Além disso, o depoente atribui condutas contra a administração pública, porque instala desconfiança sobre outros fiscais da Fazenda."

As dez Comissões Técnicas Permanentes da AL foram constituídas nesta semana obedecendo à proporcionalidade partidária. A de Justiça ficou com o PPB e a de Finanças e Tributação com o PT

Página 04

Isenção de multas para veículos doados

Morro da Fumaça não quer empresa poluidora

Página 05

Emenda para pôr fim ao voto secreto na AL

Rosa quer regulamentar lei que proíbe cerol

Página 06

OPINIÃO

Parceria e espírito público



Assumo a presidência do Parlamento catarinense consciente do trabalho que tenho pela frente para dar continuidade ao processo de abertura e fortalecimento deste Poder empreendido pelo meu antecessor, deputado Gilmar Knaesel.

Passado o período de negociações políticas para a composição da Mesa Diretora e das Comissões Técnicas é hora de arregaçar as mangas e trabalhar pela comunidade catarinense, que nos elegeu e espera ações concretas em seu benefício, e não paralisação de trabalho em detrimento de interesses políticos não atendidos. Temos a obrigação

de zelar pela imagem do Poder que integramos e não denegri-la. Nossas diferenças político-partidárias são cabíveis e aceitáveis até o limite do bom senso e da ética, indispensáveis para o exercício da democracia, porém não devem se sobrepor aos nossos objetivos comuns de trabalhar para melhorar a qualidade de vida da sociedade que representamos.

Conto com a parceria e o espírito público dos trinta e nove deputados para manter a Casa forte e trabalhar em harmonia com os demais poderes sem nunca perder a autonomia.

Vamos discutir com a comunidade, através de audiências públicas, os assuntos de seu interesse. Temos agora a TVAL, que nos permitirá ampliar o debate. Contamos, ainda, com a nossa rádio, que depende da instalação de um equipamento para transmitir sua programação via Internet, o que vai possibilitar a todo cidadão que tenha acesso à rede acompanhar nosso trabalho e opinar, se assim desejar.

Com as Comissões Técnicas definidas, vamos trabalhar para recuperar o tempo perdido. Temos projetos importantes para deliberar e votar, como o que se refere à cisão da Celesc e o decreto do Besc, que têm de ser votados com urgência, sob pena de sermos responsabilizados pelos prejuízos decorrentes da morosidade no processo de apreciação destas e de outras matérias importantes para o desenvolvimento do Estado.

Estarei aberto a propostas que dinamizem cada vez mais nossa atuação e contribuam para impulsionar o Poder Legislativo catarinense, que deve continuar se destacando no cenário nacional pela distinção de Povo que representamos e pela disposição de nossos qualificados parlamentares de não poupar esforços para cumprir a missão de legislar de forma lúcida, democrática, madura e competente em benefício de quem os elegeu, sem jamais esquecer da ética e do decoro.

Presidente Onofre Agostini (PFL)

As palavras, os números e a dívida pública



Recentemente o governador do Estado e o secretário da Fazenda, em declarações à imprensa, manifestaram-se contrários a questionamentos que faço com relação ao verdadeiro montante da dívida pública do Tesouro estadual. Usaram de muita retórica e de palavras ofensivas contra este parlamentar.

No entanto, eles ainda não apresentaram argumentos que justifiquem suas contradições nem mesmo números que comprovem os valores da dívida que anunciaram anteriormente pelos jornais. Senão vejamos:

Em janeiro de 1999 o jornal Diário Catarinense publicou, na página 6, declarações do secretário da Fazenda dizendo que a administração anterior havia deixado uma dívida "monstruosa" de R\$ 1,05 bilhão; em março daquele mesmo ano foi apresentado à Assembléia Legislativa um livreto demonstrativo da dívida com a folha atrasada e com fornecedores no montante de R\$ 1,3 bilhão. É curioso notar que em fevereiro deste ano os números mudaram para R\$ 1,6 bilhão, segundo declaração do próprio secretário. A afirmação foi divulgada no Diário do dia 18 (p.28), e diz textualmente: "O nosso calcanhar de Aquiles é o passado. Quando assumimos, o Estado devia perto de R\$ 1,6 bilhão. Hoje deve R\$ 500 milhões".

Pura trucagem, pois as contas que o governo apresenta não fecham com os números que anuncia. No documento intitulado "Compromisso

com a Transparência", divulgado em 26/1/01, ficaram demonstrados o gasto de R\$ 250 milhões com o pagamento de salários e pensionistas do Ipesc e outros restos a pagar relativos a fornecedores. Em janeiro, foram pagos mais R\$ 30 milhões com folha atrasada, totalizando R\$ 280 milhões. Essa mágica precisa ser explicada: como se diminui uma dívida de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 500 milhões se foram pagos apenas R\$ 280 milhões ? !

Das duas, uma: ou o governador não entende o discurso técnico do secretário da Fazenda ou esse não entende o discurso político do governador.

Por conta disso, apresentei recentemente na Assembléia um pedido de informação endereçado ao governador sobre essa questão, indagando de maneira objetiva o seguinte: 1) Qual o verdadeiro montante da dívida atual ? 2) Que critérios contábeis foram utilizados para fundamentar a divulgação de números tão divergentes ? 3) Como se chegou ao resultado da dívida de R\$ 500 milhões se foram pagos R\$ 280 milhões, considerando que os valores da dívida anteriormente anunciados eram de R\$ 1,05, R\$ 1,6 e R\$ 1,3 bilhão ?

Este Parlamento e a sociedade aguardam e exigem respostas. O compromisso do governo deve ser não apenas com a transparência, mas principalmente com a verdade. As palavras podem ser interpretadas de diferentes maneiras, ao contrário dos números, que demonstram uma realidade absoluta e são incontestáveis.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus do Nascimento (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Fórum Estadual sobre Transgênicos

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), recebeu nesta segunda-feira (19) integrantes do Fórum Estadual sobre Transgênicos, do qual fazem parte deputados estaduais, Ministério Público, Secretarias de Estado, Procon e supermercadistas, entre outros. Eles solicitaram ao presidente apoio para todas as discussões que envolvam os organismos geneticamente modificados.

O coordenador do Fórum, o ex-deputado estadual Idelvino Furlanetto, que também faz parte da Comissão de Agricultura, disse que o assunto é preocupante e que o fórum surgiu a partir de debates sobre os transgênicos – o primeiro ocorreu em 1998, com representantes de todo o Estado. Declarou, ainda, que está sendo criada uma cartilha com informações sobre os alimentos transgênicos – o que são, pesquisas já desenvolvidas, efeitos do cultivo, mani-

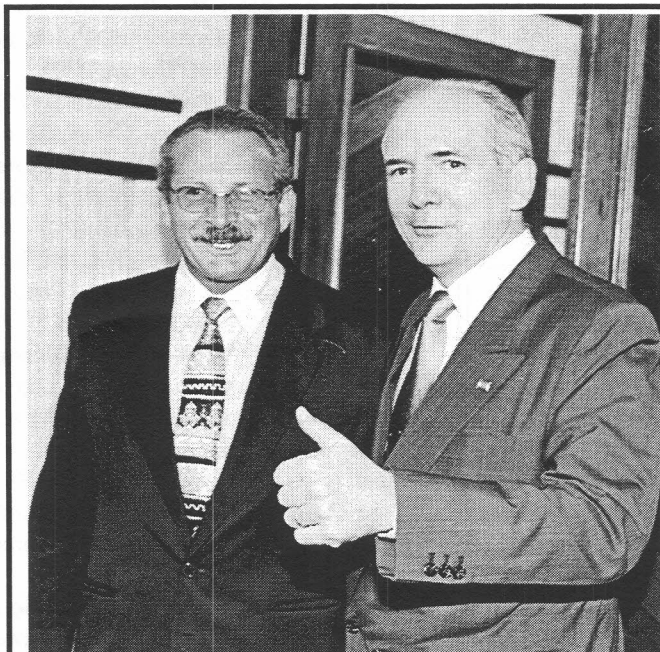


Integrantes do Fórum com presidente Onofre

pulação e consumo desses produtos. Rubens Nodari, do Centro de Ciências Agrárias, afirmou que recentemente nos Estados Unidos foram comprovados 14 casos de alergia causados por uma

variedade de milho transgênico.

O presidente Onofre Agostini garantiu apoio permanente para todas as discussões sobre esse tema, o que agradou os participantes do Fórum. "O apoio garante a continuidade do nosso trabalho", declarou Furlanetto.



(foto Solon Soares)

Bauer visita presidente da AL

O governador em exercício Paulo Bauer (PFL) visitou nesta segunda-feira (19) o presidente da Assembléia, Onofre Santo Agostini (PFL). Na ocasião comunicou ao parlamentar as atividades que serão desenvolvidas durante os dez dias em que permanecerá como chefe do Poder Executivo, destacando a instalação do Comando do Litoral da Polícia Militar em Joinville, oportunidade em que dará posse ao novo comandante, coronel Roque Herdt. Bauer convidou Agostini para acompanhá-lo quando de sua viagem à região do deputado, neste final de semana.

Mota participa de evento no RS

O 1º Secretário da Mesa, deputado Manoel Mota (PMDB) esteve representando a Assembléia Legislativa em Santa Cruz do Sul (RS) nesta terça-feira (20), onde participou de um debate com representantes da indústria fumageira e produtores de fumo da região Sul do País. "Há informações de que essas empresas não deverão mais investir na produção do fumo catarinense. É uma situação preocupante e exige o empenho de todos nós. Precisamos defender os pequenos fumicultores do nosso Estado", afirma.

O evento fez parte da 12ª reunião da Comissão Nacional para o Controle do Tabaco (CNCT), criada em agosto de 1999 pelo governo federal para discutir as relações internacionais que envolvem a cultura do fumo.

De acordo com o parlamentar, caso as empresas desistam dos investimentos, os prejuízos podem atingir cerca de R\$ 50 milhões. O representante dos fumicultores de Içara, Valmor Rosso, acompanhou o deputado.

Brasília - Nesta quinta-feira, Mota participa em Brasília de uma nova rodada de negociações envolvendo representantes dos sindicatos dos caminhoneiros e os ministros da Justiça, do Transporte, da Fazenda e do Trabalho. A reunião será realizada na sede do DNER, a partir das 10 horas.

Segundo ele, os caminhoneiros vão insistir no cumprimento do acordo firmado com o governo que prevê a apresentação de uma planilha de frete por Estado, a abertura de linhas de crédito para compra de caminhões e rastreadores, a utilização de um cartão magnético nas praças de pedágio e a fixação da carga horária de trabalho de 10 horas.

COMISSÕES

Definidas Comissões Técnicas da AL

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), constituiu nesta quarta-feira (21), através de resolução, as dez Comissões Técnicas Permanentes destinadas a analisar os projetos que derem entrada no Poder durante este ano. O critério adotado para o preenchimento das vagas foi a proporcionalidade partidária, previsto no Regimento Interno.

Algumas Comissões ainda não escolheram os seus respectivos presidentes e vice-presidentes, devendo fazê-lo durante o decorrer desta semana.

A **Comissão de Constituição e Justiça** ficou assim constituída: deputado Reno Caramori (PPB) – presidente; deputados Paulinho Bornhausen (PFL); Ideli Salvatti (PT); João Henrique Blasi (PMDB); Herneus de Nadal (PMDB); Jaime Duarte (PPS); Joares Ponticelli (PPB) e Ivan Ranzolin (PPB).

A **Comissão de Finanças e Tributação** ficou com o deputado Afrânio Boppré (PT) na presidência, tendo como membros os deputados Heitor Sché (PFL), Júlio Garcia (PFL), Ronaldo Benedet (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB), Gelson Sorgato (PMDB), Jaime Mantelli (PDT), Gilmar Knaesel (PPB) e Milton Sander (PPB).

A vaga de presidente da **Comissão de Fiscalização e Controle** foi preenchida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), ficando os deputados César Souza (PFL), João Henrique Blasi (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Francisco de Assis (PT), Lício Mauro da Silveira (PPB) e Ivan Ranzolin (PPB) como seus membros.

Já a **Comissão de Agricultura, Ciência e Tecnologia** ficou composta pelos seguintes deputados: Clésio Salvaro (PFL) – presidente, Gelson Sorgato (PMDB), Moacir Sopelsa (PMDB), José Paulo Serafim (PT), Valmir Comin (PPB), Milton Sander (PPB) e João Rosa (PTB).

A presidência da **Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor** ficou para o deputado Jaime Duarte (PPS), e dela também fazem parte os deputados Antônio Aguiar (PFL), Herneus de Nadal (PMDB), Narcizo Parisotto (sem partido), José Paulo Serafim (PT), Nelson Goetten (PPB) e Afonso Spaniol (PPB).

Para a **Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano** ficou definido o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) como presidente e o deputado Valmir Comin (PPB) como vice-presidente. Os demais membros são os deputados Clésio Salvaro (PFL), Afrânio Boppré (PT), Romildo Titon (PMDB), Jaime Mantelli (PDT), Reno Caramori (PPB) e Valmir Comin (PPB).

O deputado Paulinho Bornhausen (PFL) ficou como presidente da **Comissão de Educação, Cultura e Desporto**, da qual também fazem parte as deputadas Ideli Salvatti (PT) e Odete de Jesus (PL) e os deputados Romildo Titon (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB), Gilmar Knaesel (PPB), Lício Mauro da Silveira (PPB).

A **Comissão de Saúde e Meio Ambiente** preencheu sua vaga de presidente com o deputado Ronaldo Benedet (PMDB). Os deputados Antônio Aguiar (PFL), Ivo Konell (PMDB), Volnei Morastoni (PT), Jaime Mantelli (PDT), Nelson Goetten (PPB) e Altair Guidi (PPB) ficaram como membros.

Na **Comissão de Trabalho e de Serviços Públicos** não ficou definido quem será o presidente. Dela fazem parte os deputados Paulinho Bornhausen (PFL), Volnei Morastoni (PT), Adelor Vieira (PMDB), Gelson Sorgato (PMDB), Gilmar Knaesel (PPB), Altair Guidi (PPB) e Sandro Tarzan (PTB).

Os nomes definidos para a **Comissão de Turismo e Economia** são: deputado Joares Ponticelli (PPB) – presidente, deputados Adelor Vieira (PMDB), Narcizo Parisotto (sem partido), Nilson Gonçalves (PSDB), César Souza (PFL) e João Rosa (PTB).

Sul terá que aguardar por cirurgias cardíacas

Pelo menos por enquanto a região de Criciúma não vai poder contar com um hospital credenciado pelo SUS para atender cirurgias cardíacas. Esta foi a triste notícia que receberam os deputados estaduais José Paulo Serafim (PT), Valmir Comin (PPB), Clésio Salvaro (PFL) e Ronaldo Benedet (PMDB) na última quarta-feira do diretor de Assuntos de Alta Complexidade do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame, em Brasília. Fizeram parte da comitiva os deputados federais Edinho Bez (PMDB) e Gervásio Silva (PFL); o ministro do Tribunal de Contas da União, Adhemar Ghizi; o prefeito de Criciúma, Décio Góes; a chefe da Regional de Saúde, Cleide Manique; o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, José Paulo Goulart; o presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), prefeito Genésio Spillere; e os diretores do Hospital São José, de Criciúma, Altamiro Bittencourt e Márcio Zacaron.

A justificativa dada por Beltrame foi

que não existia qualquer processo de credenciamento de cirurgias cardíacas para Criciúma. Ele disse que os processos instruídos pela Secretaria Estadual da Saúde estão incompletos e terão de ser refeitos. O secretário estadual da Saúde, João Cândido, negou esta informação e já agendou uma reunião com a comissão que está tratando do assunto para a próxima quarta-feira, às 10 horas, no seu gabinete.

Beltrame sugeriu que se faça um acordo entre o hospital São João Batista, que atualmente não atende pelo SUS e faria o credenciamento apenas para as urgências, emergências e cirurgias cardíacas, e o Hospital São José, que já atende plenamente pelo SUS. “Não achamos justo que um hospital que se recusou a atender os mais humildes durante tanto tempo agora queira escolher os tipos de caso para atender pelo SUS. Eles querem pegar o filé mignon e isso não podemos aceitar”, disparou o deputado Serafim.

PLENÁRIO

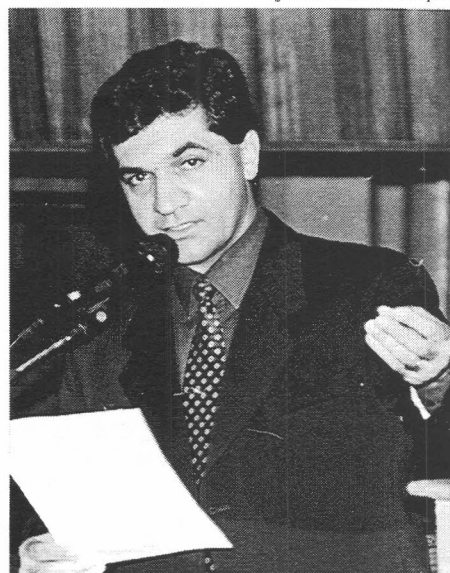
Isenção para veículos doados

No transcorrer desta semana, o deputado Clésio Salvaro (PFL) apresentou na Assembléia projeto de lei para que os veículos apreendidos em decorrência da prisão de traficantes e que posteriormente forem doados a entidades sem fins lucrativos sejam isentos do pagamento do IPVA em atraso e de multas, ao serem transferidos.

Tais veículos ficam nos pátio de delegacias de polícia à disposição da Justiça, a qual, numa iniciativa louvável, tem cedido esses veículos a conselhos assistenciais e a entidades

beneficentes. Ocorre que quando um veículo fica muito tempo retido, no momento da transferência do bem para o nome da entidade há dívida para com o IPVA e multas decorrentes desse período de retenção, e isso está dificultando todo o trabalho dessas entidades e, por que não dizer, a boa intenção da Justiça.

“Essa é uma forma de poderemos aliviar um peso que ainda recai sobre algumas instituições que, apesar de serem beneficiadas com algum bem, sentem-se na obrigação de estar em dia com os seus débitos. Para tanto, preci-



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Clésio Salvaro

samos mudar essa situação,” justifica Salvaro.

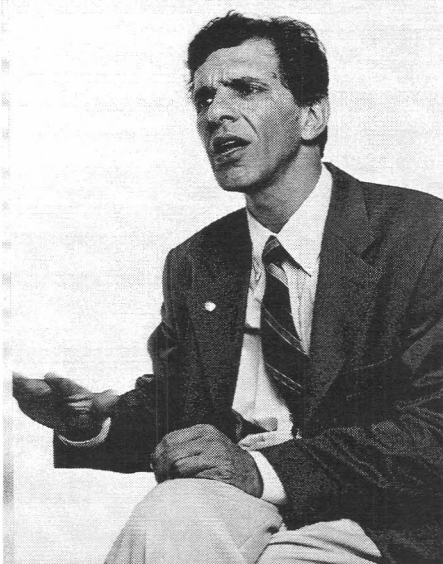
Na sua opinião, existem nos dias atuais muitos casos que devem ser vistos pelas autoridades por parâmetros diferenciados. Ainda mais quando está envolvido o Estado e sendo beneficiadas entidades sem fins lucrativos que necessitam de auxílio para prosseguir as suas obras.

Serafim apóia comunidade em luta ambiental

O deputado José Paulo Serafim (PT) encaminhou ofício ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) solicitando mais informações sobre as atividades da empresa Getecno, no município de Morro da Fumaça, uma vez que a comunidade local toda é contrária à sua permanência na cidade.

Os argumentos usados contra a Getecno são vários. Membros do Centro de Estudos Integrados e de Promoção do Ambiente e Cidadania (Ceipac) relataram que a empresa, oriunda do Rio Grande do Sul, traz para incinerar em Morro da Fumaça uma grande quantidade de lixo hospitalar e tóxico, como baterias de automóvel e de telefones celulares, pilhas, lâmpadas e até os dejetos sanitários recolhidos por uma grande empresa de aviação. A queima de

todo esse material, além de gerar forte mau cheiro, coincidiu com o surgimento de problemas de saúde em inúmeros moradores. “Aquela re-



Deputado José Paulo Serafim

gião já é bastante castigada devido à mineração do carvão e à produção de cerâmica vermelha em olarias. Não precisamos importar mais problemas ambientais”, defende o deputado.

A primeira vitória contra a presença da empresa foi ob-

tida quando os 11 vereadores da Câmara Municipal assinaram um documento posicionado-se pelo encerramento definitivo das atividades da Getecno em Morro da Fumaça. Outra foi quando a Fatma interditou as atividades dessa empresa por não estar respeitando as normas ambientais. “A coesão do movimento contra a Getecno deve ser um exemplo para

todos os municípios catarinenses, pois o que hoje está ocorrendo em Morro da Fumaça logo poderá ocorrer em outras cidades”, alertou. A decisão sobre o futuro da Getecno está nas mãos do Consema, cujos conselheiros estão avaliando o assunto. De qualquer forma, Serafim deverá conversar com os demais deputados para obter um posicionamento sobre o problema.

Criação de cargos

Através de requerimento encaminhado ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos deputados federais e senadores de Santa Catarina, os deputados peemedebistas Rogério Mendonça, Herneus de Nadal e Gelson Sorgato solicitaram a criação dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, juntamente com o cargo de Fiscal Federal Agropecuário, compondo, dessa forma, a estrutura funcional de vigilância,

inspeção e fiscalização agropecuária exercida pelo Ministério da Agricultura.

Para os parlamentares, essa estrutura é necessária para a modernização dos serviços de apoio e suporte às ações de defesa agropecuária.

Crédito de emergência - Nadal e Sorgato também estão peticionando ao governador do Estado e ao secretário da Agricultura sustação de qualquer procedimento, administrativo ou judicial, de cobrança do crédito de emergência liberado ao setor agrícola.

PLENÁRIO

Sché quer o fim do voto secreto na Casa

(foto Jonas Lemos Campos)

A necessidade de transparência na A decisão de matérias importantes fez com que o deputado Heitor Sché (PFL), depois de conseguir 14 assinaturas, apresentasse nesta terça-feira (20) à Mesa um projeto de emenda constitucional que propõe o fim do voto secreto nas votações em Plenário. A exceção fica para os casos de *impeachment* de governador, que continua a ser deliberado pelo escrutínio secreto. A alteração nos dispositivos da Constituição Estadual, retirando a expressão “por voto secreto”, atinge os incisos 23 e 24 do artigo 40, o parágrafo 2º do artigo 44 e o parágrafo 4º do artigo 54.

Segundo Sché, não se admite mais que os homens públicos se escondam atrás do voto secreto para decidir fatos no âmbito dos Poderes, enfatizando o caráter de urgência do projeto por ser de real interesse da sociedade. O parlamentar esclareceu que a matéria será encaminhada à Comissão de Justiça e ao



Deputado Heitor Sché

Plenário para conseguir admissibilidade, que só será aprovada com 21 votos. Depois ela volta à mesma Comissão e vai para a votação final, quando precisará do aval de 24 deputados para ser aprovada. Sché espera que o projeto de emenda constitucional seja votado no prazo de 60 dias.

Cerol continua fazendo vítimas

As crianças precisam saber que a mesma pipa que diverte e enfeita o céu pode tirar a vida de uma pessoa

Existe uma lei, de autoria do deputado João Rosa, líder do PTB, que proíbe a utilização de pipas e similares equipadas com linhas cortantes, mas a maioria da população a desconhece. A brincadeira, aparentemente inocente, é na verdade uma arma e continua fazendo vítimas, principalmente motoqueiros e ciclistas, que têm sido degolados pelas linhas

preparadas com cerol, produto a base de cola e pó de vidro.

A lei, aprovada no ano passado pela Assembléia, foi sancionada em janeiro último pelo governador e agora depende de regulamentação. O deputado explica que em função do grande número de incidentes, é necessário agilizar o processo. A Secretaria da Segurança Pública será encarregada de definir os critérios para a aplicação da lei.

Entre os inúmeros acidentes ocorridos, o parlamentar registrou o último divulgado pela imprensa, que vitimou Jorge Werner, morador da Capital. Ao trafegar de moto pela Via Expressa (BR-282), ele foi atingido no pescoço, tendo o corte atingido suas cordas vocais. Sobreviveu ao trauma graças ao atendimento de populares e à rapidez com que foi atendido pelo Corpo de Bombeiros, mas ficará com seqüelas.

No entanto, Rosa considera fundamental esclarecer a população através de campanha educativa, incluindo o assunto nos temas escolares. “As crianças precisam saber que a mesma pipa que diverte e enfeita o céu pode tirar a vida de uma pessoa”, adverte.



Deputado João Rosa

Primeira MP do ano Aprovada

O Plenário aprovou nesta semana a Medida Provisória 93/01, de origem governamental, que autoriza o governo do Estado a prorrogar o prazo das admissões em caráter temporário no porto de São Francisco do Sul até 31 de dezembro de 2001. A MP original prorrogava o prazo até o dia 28 de fevereiro de 2003, mas parlamentares de diversas bancadas elaboraram uma emenda mudando esta data. Os deputados do bloco de oposição querem a abertura de concurso público para a admissão de portuários, assim como a definição de uma política para o setor em Santa Catarina.

Melhoria no atendimento bancário

Atento ao desconforto causado pelas enormes filas, o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) apresentou projeto de lei na Assembléia obrigando os bancos situados em Santa Catarina a instalar assentos destinados aos clientes que estiverem aguardando por atendimento. “Queremos que os bancos proporcionem maior comodidade, organização e qualidade de atendimento à clientela. Aguardar em pé durante horas em uma fila é cansativo”, justifica.

De acordo com a proposição, o estabelecimento bancário que descumprir a lei estará sujeito a uma multa equivalente a mil Ufirs. Os recursos oriundos das multas serão repassados a entidades filantrópicas cadastradas na Secretaria da Fazenda.

Pedido de informação

Através de pedido de informação encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Júnior, o deputado Afrânio Boppré (PT) solicita cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo TC no Prodec – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - em 1999 e em 2000, bem como cópia de auditorias realizadas pelo Tribunal referentes à sonegação fiscal e relativas aos processos de cobrança de dívida ativa.

Crise no setor lácteo

Solidário ao apelo da Câmara de Vereadores de Concórdia, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) fez moção endereçada ao governador Esperidião Amin, ao secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, e ao secretário da Agricultura, Odacir Zonta, relatando a situação insustentável deste importante segmento da economia da região Oeste.

O parlamentar informou que as alíquotas do ICMS praticadas no Estado sobre produtos lácteos, como o leite

longa vida e os queijos tipo mussarela e prato, estão inviabilizando o setor, pois o Paraná tem sua alíquota reduzida e o Rio Grande do Sul isentou esses produtos do imposto. Explicou, ainda, que a perda de competitividade obriga essas empresas a buscar alternativas como demitir funcionários e processar a industrialização e o envasilhamento em outras unidades situadas em estados vizinhos, o que prejudica os pequenos agricultores que sobrevivem dessa fonte de renda.

Isca formicida

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) solicita ao secretário da Agricultura a distribuição de isca formicida para o município de Formosa do Sul, cuja economia é voltada principalmente para a agricultura. Destacou que os pequenos produtores estão preocupados com a invasão de formigas em suas lavouras, o que pode ocasionar perdas consideráveis na safra.

Asfaltamento - Ao governador do Estado e ao secretário dos Transportes Sorgato está pedindo a pavimentação asfáltica da SC-465, no trecho que liga a BR-282 a Ipumirim, importante alavanca para o desenvolvimento da região, pois por ali escoam sua produção agrícola. O parlamentar afirmou que o trecho está em situação precária e que em dias chuvosos torna-se perigoso.

Demarcação

A imediata demarcação da terra indígena La Krânõ Xokleng nos municípios de José Boiteux e Vitor Meireles foi requerida pelo deputado Francisco de Assis (PT). A área, de 37.108 hectares, já foi identificada e delimitada pela Funai, que reconheceu o direito daquela comunidade.

De acordo com Assis, a demora em demarcar a terra está colocando em risco a vida de várias lideranças indígenas, que estão enfrentando conflitos com a Polícia Militar e sofrendo ameaças de despejo. "Além de acabar com a violência, a demarcação significa sanar uma dívida histórica com aquele povo indígena", afirmou.

Obras em porto

É do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) o requerimento ao ministro dos Transportes pedindo recursos para a continuidade dos serviços necessários à retificação do molhe sul da Barra da Laguna e das obras do seu porto. Já ao governador e à Secretaria dos Transportes e Obras solicitou a conservação e o cascalhamento da

estrada que liga Lebon Régis a Timbó Grande, que está em péssimas condições de tráfego, bem como urgência nas licitações para o término da pavimentação asfáltica da rodovia Genésio Mazon (SC 443) - no trecho Morro da Fumaça e Distrito da Estação Cocal. A construção do trevo de acesso ao bairro Presidente Vargas foi outro pedido do parlamentar.

Proposições

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) parabenizando a comunidade de São José pela passagem do 251º aniversário de emancipação política do município, ocorrida neste último dia 19.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao governador do Estado e ao secretário dos Transportes solicitando urgência na conservação e no cascalhamento da estrada que liga as cidades de Lebon Régis e Timbó Grande.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador do Estado e ao secretário dos Transportes solicitando lombadas eletrônicas na BR-470, na altura dos municípios de Apiúna, Indaial e Pouso Redondo.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e ao presidente do Ibama, Hamilton Nobre Casara, apelando em favor da permanência do posto de atendimento do Ibama em Três Barras.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao governador do Estado, ao secretário dos Transportes e ao diretor do DER solicitando soluções para normatizar o tráfego na ponte sobre o Rio Sargento, que interliga São Miguel da Boa Vista e Romelândia, através da SC-472.

Deputados Reno Caramori (PPB) e **Gelson Sorgato** (PMDB) ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Caçador e Jardinópolis, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação desses municípios.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) aos dirigentes do jornal Diário do Iguazu, de Chapecó, parabenizando-os pela passagem do 4º aniversário de fundação daquele jornal.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) sugerindo o comparecimento do secretário da Agricultura na Assembléia a fim de esclarecer os procedimentos tomados para o controle da febre aftosa.

Deputado Jaime Duarte (PPS) solicitando ao governador do Estado a celebração de convênio entre o Estado e o município de Joinville para a implantação do ensino médio na Escola Municipal Orestes Guimarães.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à Secretaria da Agricultura e à Cidasc solicitando a construção de prédios para alojar os escritórios da Cidasc em Ituporanga e Taió.

Deputado Valmir Comin (PPB) à Casan pedindo a instalação da rede de canalização para o abastecimento de água no Loteamento Popular Antônio Lima, em Içara.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao governador do Estado, à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e à Fatma pedindo a transformação do Posto Avançado de Controle Ambiental do Vale do Tubarão - Pacam/TB - em coordenadoria regional.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador solicitando informação sobre o valor previsto para investimentos em pavimentação e recuperação asfáltica das rodovias estaduais com recursos do Estado.

Pedidos à base

O deputado Antônio Aguiar (PFL) requer ao governador do Estado o asfaltamento do trecho entre os municípios de Moema e Doutor Pedrinho, bem como a regulamentação da Lei nº 10.472/97, que dispõe sobre a política florestal em Santa Catarina.

Já ao ministro do Meio Ambiente, Aguiar pede a reabertura do posto de atendimento do Ibama no município de Três Barras. Preocupado com a situação do Hospital Santa Cruz de Canoinhas, solicita ao secretário da Saúde o fornecimento de um intensificador de imagem e uma mesa ortopédica.

GERAL

Assembléia homenageia Antonieta de Barros

Uma sessão solene realizada no início da noite desta terça-feira (20) no Plenário da Assembléia marcou o início das comemorações do Centenário do Nascimento de Antonieta de Barros, a primeira mulher negra deputada em Santa Catarina e no Brasil.

“Pobre e negra, rompeu preconceitos de classe, gênero e étnicos. Como professora fundou o curso Antonieta de Barros, tendo ainda lecionado nos colégios Coração de Jesus e Dias Velho, no Instituto Estadual de Educação, na Escola Normal Catarinense e na Escola

Antonieta de Barros foi também escritora e jornalista, tendo fundado (e dirigido) o jornal “A Semana” em 1926. Esteve, ainda, na direção do jornal Vida Ilhoa em 1930, um periódico literário de Florianópolis. Em 1937 editou o livro “Farrapos de Idéias”, sob o pseudônimo de Maria da Ilha. Foi a primeira mulher a assumir uma cadeira no Legislativo estadual, onde esteve por dois mandatos, entre 1935 e 1951.

A presidente da Comissão Executiva do Centenário de Antonieta de Barros, Eliete Maria da Rosa, adiantou que durante este ano serão realizados na Capital diversos eventos destinados a resgatar a imagem da professora. O vereador Márcio de Souza comentou que atualmente poucas pessoas conhecem a história de Antonieta, embora seu nome designe várias ruas e escolas na região da Grande Florianópolis.

O secretário da Justiça e da Cidadania, Paulo Cesar Ramos de Oliveira, exaltou as qualidades de Antonieta de Barros na formação étnica do negro catarinense, e o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), deteve-se a respeito da dedicação da homenageada em sua missão de ensinar.



(foto: Jonas Lemos Campos)

Vereador Márcio de Souza discursa durante homenagem

A solenidade foi requerida pela líder da bancada do PT, deputada Ideli Salvatti. O seminário “100 anos de Antonieta de Barros” será realizado na quarta e quinta-feira, dando prosseguimento ao evento.

Ideli Salvatti destacou que a homenagem nasceu em Florianópolis em 1901.

Complementar anexa ao Grupo Escolar Lauro Müller, no centro da Capital”, lembrou.

Agenda

Dia 22, às 20h – Abertura da *Exposição Hassis*, uma homenagem ao artista plástico (*in memoriam*) e aos 275 anos de emancipação política de Florianópolis.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 28, às 14h - Sessão solene em homenagem ao Movimento Tradicionalista Gaúcho de Santa Catarina, requerida pelo deputado Ivan Ranzolin (PPB).

Local: Plenário

Dia 28, às 19h – Abertura do I *Encontro da Rede Sul Brasileira Pela Vida – Plantas Medicinais*, por iniciativa dos deputados Manoel Mota (PMDB) e Nilson Gonçalves (PSDB).

Local: Plenário

Exposição comemora aniversário da Capital

Com 30 obras, será aberta nesta quinta-feira (22), na Galeria de Arte Meyer Filho, na Assembléia a “Exposição Hassis”, uma homenagem ao artista plástico Hiedy de Assis Corrêa (*in memoriam*) e aos 275 anos de emancipação política de Florianópolis. Curador da mostra, que tem o apoio da Casa e da Universidade Federal de Santa Catarina, Joi Cletison Alves, diretor do Departamento Artístico Cultural da UFSC, organizou a itinerância da exposição “Hassis – Brasil 500 Anos” pelo Estado, tendo participado em companhia do pintor e amigo da abertura da última exposição em vida de Hassis, realizada no dia 15 de dezembro de 2000 em Itajaí.

Ao tecer comentários sobre o modernismo, Joi declarou que a história

do movimento em Santa Catarina confunde-se com a obra de Hassis, cuja característica fundamental é definir a figura em poucas linhas, sempre com a preocupação de mostrar em seu trabalho a identificação com a nossa cultura, retratando atividades do cotidiano, problemas sociais, brincadeiras, festas populares e o folclore.

Já o escritor e crítico de arte Harry Laus, também falecido, fez um breve comentário da trajetória de mais de 40 anos do artista. “Hassis continua atento e produtivo como em 1957. A diferença é que hoje não escandaliza mais ninguém. A cidade aprendeu com ele muitas lições e agradece, com alegria, mais este atestado de amor à arte”.